ASSUNTO: carta de modestos trabalhadores braças da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de Piracicaba.

O SR. FRANCISCO SALGOT CASTILLON — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, volto ao assunto do salário mínimo, que não deveria ser assunto, porque é absurdo que ainda haja alguém no Brasil que não esteja pagando salário mínimo aos seus trabalhadores, principalmente quando esse alguém é Governador, como é o caso do Governador do Estado de São Paulo.

Este absurdo só pode vir do fato do absurdo que temos no Governo de São Paulo. O Sr. Ademar de Barros é realmente um absurdo.

Há dias, li num dos jornais de São Paulo que há um estado patológico muito perigoso para o doente: é a analgesia física total.

Infelizmente, o Sr. Ademar de Barros não sofre de analgesia física total; se sofresse, o problema seria dele, o perigo seria para ele. Para o Estado de São Paulo, principalmente para quem depende do Governador, S. Exa. sofre de analgesia moral total. Não sente de forma alguma o sofrimento dos outros; é completamente insensível. E aí dos coitados dos trabalhadores que não recebem nem o mínimo que a Constituição obriga os patrões a pagarem àqueles que lhes prestam serviços!

Sr. Presidente, recebi uma carta de modestos trabalhadores braçais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz que, em sua simplicidade, revela bem a crueldade com que são tratados esses trabalhadores. Esta carta vou lê-la para que faça parte integrante do meu discurso.

(Lê) "Piracicaba, 4 de dezembro de 1964. Ilmo. Sr. Dr. Francisco Salgot Castillon, DD. Deputado Estadual e Representante de Piracicaba.

Cordiais saudações;

Nós, abaixo-assinados, trabalhadores diaristas da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" — U.S.P., vimos à presença de V. Exa. expor e solicitar o seguinte:

1 — Nós, servidores, recebemos atualmente Cr\$ 1.224,00 — diários, enquanto o salário mínimo vigente é de Cr\$ 1.400 — diários.

2 — A lei é clara quando diz que nenhum servidor poderá receber vencimentos, remuneração, salários de retribuição de qualquer natureza inferior ao salário mínimo previsto para a região em que estiver lotado. (Decreto n.º 3.730, de 12-7-60, publicado no "D.O. da União" em 12-7-60.

3 — Entre o salário mínimo e o salário que atualmente recebemos há uma diferença contra nós de Cr\$ 176,00 — diários, ou seja, Cr\$ 5.280,00 mensais.

4 — Essa diferença que é irrisória para os poderes públicos, representam para nós, trabalhadores, um auxílio substancial.

5 — Com essa diferença podemos adquirir pelo menos um pouco mais de alimentos para os nossos filhos.

6 — Com a alta crescente do custo de vida e com o salário que recebemos aquém do salário mínimo, torna-se quase impossível a nossa sobrevivência e das nossas famílias, faltando-nos os alimentos necessários e os nossos filhos crescem subnutridos e doentes, diante de um pai incapaz de poder auxiliá-los.

7 — Com o próximo aumento do funcionalismo, na base de 70%, teremos o nosso salário elevado para Cr\$ 2.060,80, o que significaria um acréscimo muito inferior à elevação do custo de vida.

8 — A situação difícil pela qual estamos passando irá se tornar mais crítica ainda, dado que o novo aumento não se fará sobre o salário mínimo, que é atualmente de Cr\$ 1.400,00 — diários, mas sim sobre o que atualmente percebemos, que é de Cr\$ 1.224,00 — diários.

9 — O Govêno, em 1961, quando de promulgação dos novos níveis de salário mínimo, por meio de mensagem à Assembléia Legislativa, propôs a concessão de abono aos servidores cujos salários fôssem inferior ao mínimo vigente no Estado, e que após, convertida em lei, possibilitou o pagamento da diferença.

10 — Considerando o que atrás expressamos, solicitamos a V. Exa. e aos vossos ilustres pares o seguinte:

11 — Reajustamento do nosso salário ao mínimo vigente.

12 — Aumento de 70% sobre o nível do salário mínimo e não sobre o que atualmente recebemos e que, de acordo com a lei, deveria ter sido reajustado.

13 — Se assim achar V. Exa. e o ilustre Governador do Estado, estarão V. Exas. eliminando uma grave injustiça e demonstrando espírito humanitário para com aqueles que colaboram com seus esforços para o engrandecimento de nosso Estado.

14 — O aumento que solicitamos é praticamente nada, isto é, em vez de Cr\$ 2.060,00 — diários, que iremos receber, baseados no que atualmente recebemos, se se basear no salário mínimo, iremos receber Cr\$ 2.380,00 — diários, ou seja, Cr\$ 320,00 — diários a mais.

15 — Com esses esclarecimentos, apelamos a V. Exa. e aos digníssimos representantes do povo e ao Governador do Estado que nos estendam esse acréscimo, para eliminar as injustiças que recaem sobre nós, humildes trabalhadores, para que possamos olhar de frente para nossa esposa e filhos, para que possamos ter alimentos para continuar a colaborar no engrandecimento de nossa Pátria. Que Deus os abençoe e os ilumine e que o nosso Estado e o nosso querido Brasil siga a sua linha histórica.

Com os nossos respeitos, subscrevemos agradecidos,

a) João Yone" e mais 61 assinaturas.